

Contribuição da pesquisa documental à história dos impactos sobre os sambaquis da costa leste de São Francisco do Sul/SC

Contribution of documentary research to the São Francisco do Sul/SC east coast shell mounds impact history

Dione da Rocha Bandeira*

Joelson Lopes Maciel**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar a metodologia e os resultados das pesquisas feitas acerca da ocupação humana histórica na faixa leste da Ilha de São Francisco no Município de São Francisco do Sul/SC e seus impactos sobre os sambaquis nela existentes, por meio de diferentes fontes históricas. A pesquisa que origina este artigo visa traçar a relação entre as ocupações humanas pré-coloniais, a partir dos 29 sambaquis presentes na região, e as ocupações históricas do período colonial e pós-colonial. Os resultados indicam intensa atividade humana na região do entorno destes sambaquis por povoações históricas desde pelo menos o século XVIII até a década de 1960. Retirada de seu material para o uso na indústria da cal, lavoura e aterramento de ruas e terrenos são os principais usos dos sambaquis por essas populações históricas, acarretando a destruição parcial de 18 destes sítios arqueológicos.

Palavras-chave: São Francisco do Sul. Sambaquis. Ocupação histórica.

Abstract: This article aims to present the methodology and results of the research done on the historical human occupation in the eastern range of the island of São Francisco in São Francisco do Sul/SC and their impacts on existing shell mounds, through different historical sources. The research that originates this article aims to draw the relationship between pre-colonial human occupations, from the 29 existing shell mounds in the region, and the historical occupations from colonial and post-colonial periods. The results indicate intense human activity in the area surrounding

* Doutora em História (UNICAMP). Professora do programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Patrimônio Cultural e Sociedade (Mestrado) e do programa de Pós-Graduação *lato sensu* em Arqueologia da Universidade da Região de Joinville - Univille. E-mail: dione.rbandeira@gmail.com

** Graduado em História pela Universidade da Região de Joinville – Univille (2015). E-mail: joelsonlopesm@gmail.com

these shell mounds for historical settlements since at least the eighteenth century until the 1960. Withdrawal of its material for use in the lime industry, farming and ground streets and land are the main uses for shell mounds by these historical populations, leading to the partial destruction of 18 of these archaeological sites.

Keywords: São Francisco do Sul. Shell mounds. Historical occupation.

1. Introdução

A pesquisa que origina este artigo está vinculada a um projeto maior, intitulado “Assentamentos humanos pré-coloniais na costa leste da Ilha de São Francisco do Sul/SC: contribuição para uma arqueologia costeira e estudos de etnicidade”¹, que procura realizar um grande levantamento de informações históricas sobre o conjunto de sítios arqueológicos do tipo sambaqui existentes na porção leste da Ilha de São Francisco do Sul, litoral norte do estado de Santa Catarina. Porção territorial esta que hoje em parte é constituída por área preservada pelo Parque Estadual do Acaraí (central) e áreas ocupadas por loteamentos das Praias da Enseada (norte) e do Ervino (sul). Toda a região é recoberta predominantemente de vegetação de restinga havendo porções onde ocorrem manguezais, várzeas e florestas.

Em outros tempos, no entanto, o território leste da ilha fora ocupado em diversos momentos desde o início da colonização vicentista, na segunda metade do século XVII. Ora, o projeto tem entre seus objetivos, “Levantar informações sobre a história de transformação/destruição de sítios arqueológicos a partir da bibliografia, documentação escrita e informações orais”. Neste momento se faz necessária uma pesquisa histórica sobre a localidade em questão, procurando entender os processos de ocupação do território e as relações e usos que podem ter se estabelecido com os 29 sambaquis da costa leste.

Estes 29 sambaquis (sendo um em abrigo) situados na faixa leste da ilha de São Francisco (dispostos espacialmente na figura 1) estão em geral em bom estado de conservação, cobertos por vegetação nativa. Como veremos no decorrer do texto, intervenções humanas do período colonial e pós-colonial acabaram afetando a estrutura de alguns sítios² bem como a vegetação. O material que constitui estes sítios, predominantemente concha, era utilizado para aterramento, produção de cal e

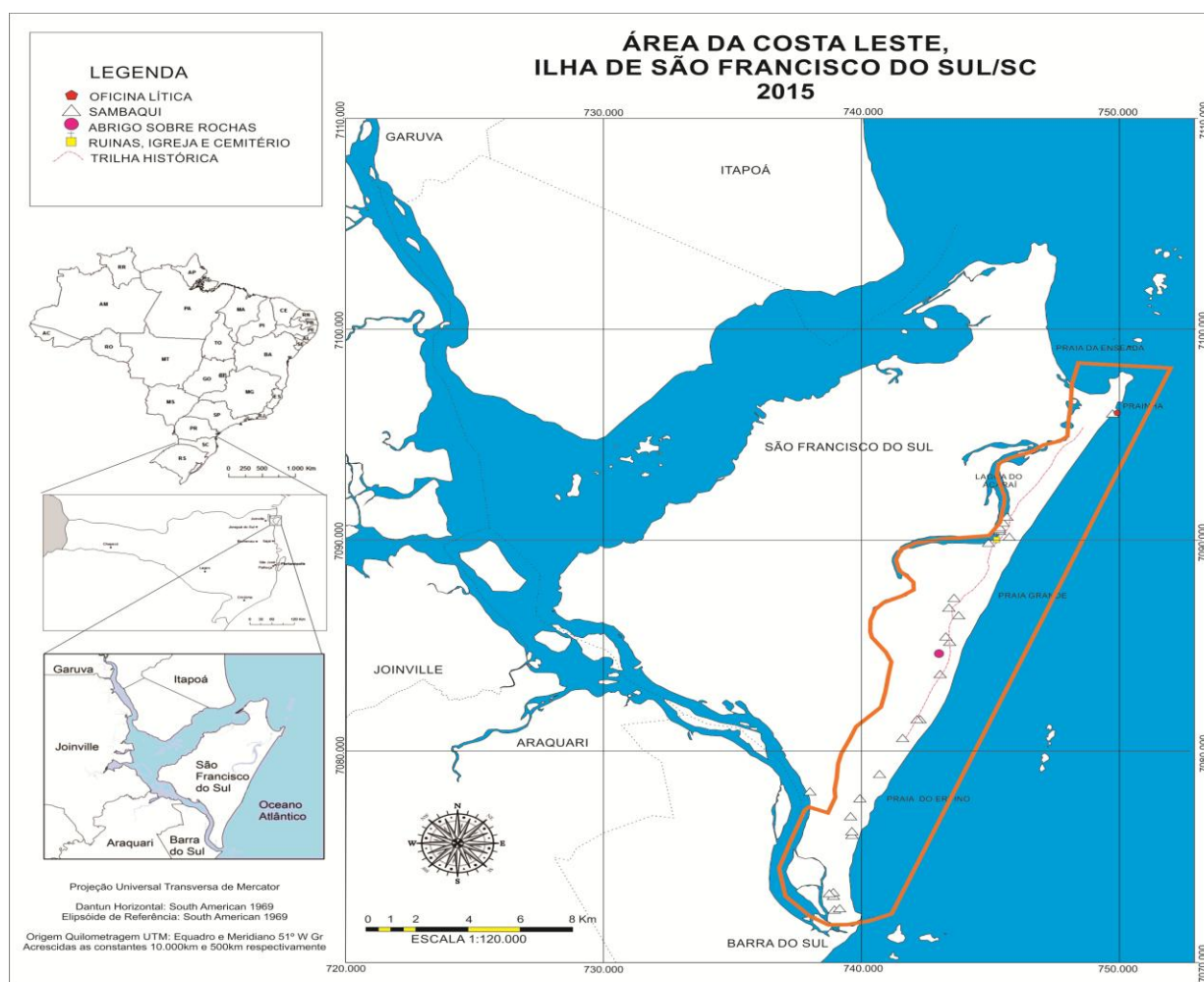
¹ Projeto coordenado pela Prof.^a Dr.^a Dione da Rocha Bandeira, em andamento desde 2013.

² Dezoito dos vinte e nove sambaquis, segundo Almeida (2015).

lavouira, citando as ocorrências mais comuns. Possuem de 1m a 25m de altura, e suas datações remontam a cerca de 4.000 anos A.P³ (BANDEIRA, 2004). No anexo A, apresentamos todos os sambaquis da área, bem como sua localização no sistema de coordenadas.

Espacialmente, compreendemos por costa leste a região da Ilha de São Francisco, parte do Município de São Francisco do Sul, delimitada ao norte, pela Prainha; ao sul, pelo Canal do Linguado; a leste, pelo Oceano Atlântico e a oeste, pela margem direita da laguna do Acaraí. A disposição deste espaço geográfico, bem como dos sambaquis listados no anexo A e os sítios arqueológicos históricos presentes na área podem ser vistos na figura 1.

Figura 1 – Área da costa leste, ilha de São Francisco do Sul/SC, 2015.



Fonte: Julio Cesar de Sá (2015).

3 Antes do Presente.

No decorrer da pesquisa, procuramos dados e informações correspondentes a essa região para montarmos um panorama da situação histórica dos sambaquis nela inseridos. Para tal, movimentamos diferentes fontes: bibliográficas, referentes à história da cidade de São Francisco do Sul e os sambaquis existentes em seu território; cartográficas, também referentes à ilha, que representam o universo pesquisado; documentais, que poderiam evidenciar atividade humana na região; por fim, fontes orais, sendo as últimas extremamente valiosas para compreender o período recente.

As fontes bibliográficas constituem-se, também, de narrativas de viajantes do período Imperial brasileiro, como Saint-Hilaire. As cartográficas utilizadas podem ser encontradas no Arquivo Histórico de Joinville – AHJ, sendo mapas da Ilha de São Francisco do Sul. As fontes documentais tratam-se de registros de sesmarias concedidas a moradores da localidade, também do acervo do AHJ. As impressas referem-se a reportagens e notas de jornais da região. Por fim, as fontes orais utilizadas são, além do acervo de entrevistas do Laboratório de História Oral – LHO da Univille (revisamos o acervo deste arquivo), uma entrevista realizada especialmente para esta pesquisa⁴.

Propomo-nos a comunicar os resultados deste estudo no presente artigo, onde traçaremos uma narrativa histórica da costa leste visando, sempre que as fontes tornem possível, uma aproximação mais clara com a relação entre as populações históricas e os sítios pré-coloniais.

2. Fragmentos de uma história da costa leste: dos séculos XVII ao início do XX

A chegada de colonos europeus à ilha ocorreu em várias ocasiões durante os séculos XVI e XVII, entretanto, não foram ocupações permanentes e seus assentamentos são desconhecidos dentro do espaço geográfico da ilha.

Um núcleo povoador permanente surgiu na ilha por volta de 1658, quando Manoel Lourenço de Andrade aportou com sua parentela, além de escravos e

⁴ Francisco Budal, 85 anos de idade, é morador da praia da Enseada (norte da região estudada) há 79 anos. Como muitos outros, quando mais jovem, acessava a Igreja de São Sebastião de canoa, pela laguna do Acaraí. Ainda durante o século XX há essa forte ligação entre as pessoas e a via marítima, embora o sr. Francisco Budal argumente que são poucas as famílias que vivem hoje da pesca nas comunidades remanescentes, como a Tapera, à oeste da laguna, pela pouca abundância de peixes em comparação à outrora.

agregados, de maneira definitiva. Com sua chegada temos o primeiro registro histórico específico sobre a região da costa leste.

Segundo Pereira (2004), Luís Rodrigues Cavalinho, genro de Lourenço de Andrade, na divisão do território, ficou para si com as terras que se alongavam da vila para leste, até o mar, compreendendo a laguna do Acaraí.

É difícil obter informações acerca de uma possível movimentação e ocupação populacional na região a partir deste registro de meados do século XVII até o início do século XIX, onde encontramos mais registros de povoação. De modo geral, porém, podemos afirmar com segurança que essa ocupação estava disposta:

[...] a oeste da ilha de São Francisco do Sul e ao sul da Península do Saí (porção continental do Município de São Francisco do Sul), os registros apontam para expansão da ocupação [...] para o interior da ilha (Figueira, Morro da Palha, Rocio Grande, Tapera), no final do século XVIII e início do XIX, conforme indicam documentos de regularização de terras. (BANDEIRA, ALVES, 2012, p. 72-73).

Esses documentos de regularização de terras eram as chamadas sesmarias, importantes para obtenção de informações sobre os primeiros indícios de ocupação histórica da área. Existem concessões de sesmarias na região do Acaraí pelo menos desde 1787.

No início do século XIX uma moradora da região, Francisca Martins da Conceição, requisitou $\frac{3}{4}$ de légua de terras às margens do “Rio” Acaraí, próximo a um porto e também da comunidade da Tapera. Conceição afirma em cartas enviadas a Real Fazenda que era viúva, com dois filhos e dezesseis escravos, todos vivendo da lavoura, e pela infertilidade de suas atuais posses, precisava de outras.

Das cartas de requerimento de Francisca Martins da Conceição retiramos outro trecho revelador, onde é mencionado um povoamento anterior a 1808, na Tapera, região limítrofe de nosso foco de pesquisa, “que em outro tempo fora habitada, de indigentes moradores...”. Assim, podemos vincular um povoamento na atual localidade da Tapera pelo menos em fins do século XVIII.

Encontramos outro processo de concessão de sesmaria em região e data próxima: Pedro Soares de Oliveira, em processo datado de 1817, procura regularizar a situação de sesmaria requerida por sua mãe, enquanto viva, na localidade da Palha, ou no caso Morro da Palha, também na ilha, e não muito distante, na direção sudoeste, da laguna do Acaraí. As comuns propriedades rurais são notadas pelo

viajante francês Auguste de Saint-Hilaire⁵ quando de sua passagem pela ilha em 1820. A proximidade cronológica do relato de Saint-Hilaire com os processos de Conceição e Oliveira pode nos mostrar dados e inferências quanto ao modo de vida da população da costa leste nas primeiras décadas do século XIX.

Segundo dados apresentados pelo viajante francês, retirados de um relatório de 1840 à Assembleia Legislativa da província de Santa Catarina, a ilha possuía, por esta data, 196 famílias registradas, sendo 86 na cidade, ou seja, no núcleo central, e mais 110 espalhadas (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 146), o que pode caracterizar relativa ocupação humana em boa parte dela. Reafirma ainda a predominância de um modo de vida rural, baseado numa pequena agricultura, geralmente da mandioca, principal produto da economia francisquense.

Uma pista para a ocupação humana no restante da ilha, e em especial na costa leste vem de Saint-Hilaire, que relata o seu passeio pelo caminho chamado de “Estrada Real”, aberta, segundo Alves (2003) entre 1817 e 1821. Neste relato, reafirma o caráter rural da região, já que a estrada ligava um modesto sítio ao outro. “Estes [sítios] se compõem, ali, de um modo geral, de casas muito pequenas [...], ao redor delas veem-se laranjeiras e bananeiras e uma plantação de mandioca.” (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 147). Importante lembrar que trechos da Estrada Real ainda subsistem dentro do Parque do Acaraí, sendo, portanto, integrantes de nosso universo de pesquisa. Contemporânea à esta estrada é a abertura de outra, ligando a sede de São Francisco à Barra do Araquari, ligando os povoados do Porto do Rei, Gamboa, Morro da Palha e Bupeva, referida também por Bandeira e Alves (2012, p. 74). Isso indica uma expansão do território ocupado e também da população do distrito.

Os dados demográficos podem indicar um caminho: mostram-nos o número de habitantes, que em 1796 (ALVES, 2003, p. 11) era de 4155 habitantes em todo o distrito, sendo 8176 o número total em 1841 (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 146). É uma informação interessante, pois sugere um crescimento populacional que pode ter dado origem a novos povoados ou, se levarmos em consideração os sesmeiros instalados na região no início do século XIX, consolidado tais povoações.

⁵ Auguste de Saint-Hilaire (1779 – 1853) foi um botânico francês, natural de Orleans. Esteve no Brasil entre 1816 e 1822. Em excursão pela América portuguesa, esteve em diversas capitânias, e suas observações não ficaram apenas no âmbito botânico: costumava relatar o modo de vida, costumes e a situação material das regiões que visitava.

Devemos considerar também, na dimensão demográfica, a pesca da baleia, que movimentou o litoral norte catarinense a partir da segunda metade do século XVIII. O auge da produção na atividade, entre as décadas de 1770 e 1790 trouxe consigo todo um aparato e povoamento para o litoral catarinense (articulados nas armações, onde as baleias eram processadas, retirando-se o possível de materiais). Agora, um salto populacional como aquele ocorrido entre as décadas de 1820 e 1840 (segundo os registros oficiais) dificilmente pode estar ligado diretamente à atividade baleeira, pois já nesse período posterior o negócio caiu em ostracismo, pela escassez de baleias subsequente à pesca predatória durante quase todo o século XVIII. Assim, é seguro afirmar que o “surto” populacional de 1820/1840 não está relacionado diretamente à instalação das armações, podendo significar, como explanado anteriormente, a expansão de antigos povoados (como os da costa leste) ou ainda a criação de novos núcleos.

Outro aspecto a ser explorado quanto à pesca da baleia trata-se do uso de um resíduo da produção do óleo de baleia (COMERLATO, 2010, p. 1132), empregado como aglutinante em argamassas para construção.

Dentro do Parque do Acaraí encontramos vestígios de ocupação histórica notáveis como o cemitério do povoado (falaremos mais adiante sobre) e quatro pilares que outrora sustentaram possivelmente uma igreja. Alves (2003, p.78) credita a 1771 o ano da construção da estrutura. Em conversa com nosso entrevistado, ele indicou a presença do óleo de baleia como liga na construção de tal estrutura.

Ora, a data de 1771 mostra-se possível se analisarmos o contexto de criação e expansão das armações baleeiras no litoral catarinense.

Cabral (2011) nos mostra que a captura da baleia teve início no litoral catarinense em meados do século XVIII, sendo inúmeros os animais abatidos em nossa costa. O negócio entrou em declínio apenas nas primeiras décadas do século XIX, com a escassez cada vez maior de espécimes no litoral. Por volta dos anos 1770, a armação de Itapocoróia (no atual município de Penha/SC) conseguia ainda capturar 300 desses animais, que produziam em média 15 barris de óleo cada.

Embora São Francisco venha a contar com uma armação de baleia apenas em 1807, podemos afirmar que a abundância de óleo produzido por armações em localidades vizinhas pode ter fornecido o necessário para a construção da Igreja de São Sebastião.

A relação direta desta afirmação com sambaquis se dá pela própria produção da argamassa:

A bôrra, conhecida também com o nome de gala-gala, era um refugio do beneficiamento do óleo e foi utilizado como elemento na argamassa das edificações. O resíduo da fritura do toucinho (bôrra) acrescido a cal e areia, formava uma variedade de betume, impermeável e de maior compacticidade. (COMERLATO, 1998, p. 44).

Estas afirmações nos levam a crer que a estrutura original remanescente da igreja, construída na década de 1770, foi erigida com pedras, utilizando-se possivelmente de uma argamassa constituída da bôrra do óleo de baleia (ou azeite de peixe, como era referenciado à época), de grande disponibilidade no auge das armações catarinenses, misturada com cal (que tem como principal matéria-prima as conchas, possivelmente retiradas dos sambaquis) e areia, também abundante na região.

Retornando a Saint-Hilaire, ele nos escreve sobre mais um possível uso de materiais dos sambaquis em São Francisco, poucas décadas após a construção dos pilares da Igreja de São Sebastião: relata o bom estado de conservação das ruas da cidade, afirmando “nunca se vê lama nas ruas, porque o terreno ali é composto, como em Paranaguá, de uma pequena porção de terra misturada com areia e conchas” (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 143). Embora não cite com todas as palavras, e não faça menção aos sambaquis (ou casqueiros, na linguagem coloquial), o viajante francês pode ter citado uma prática que, conforme atestam diversas fontes bibliográficas e relatos orais, era comum, seguramente, em boa parte do século XX: o uso do material dos sambaquis para o calçamento de ruas e estradas. Devemos lembrar que a menção à Paranaguá não é por acaso também. A Baía de Paranaguá está repleta de sambaquis, portanto, repleta de depósitos de conchas a serem utilizadas na pavimentação de ruas e afins.

Outra informação que dá força à hipótese da exploração dos sambaquis em São Francisco no século XIX é a configuração das exportações através do porto da cidade. Segundo Cabral (2011, p. 51), o porto dessa cidade mantinha relações comerciais mais fortes com o Rio de Janeiro, porém, exportava cal para Desterro.

É de conhecimento geral para os pesquisadores a presença de caieiras espalhadas em diferentes pontos da Baía da Babitonga e, naturalmente, na Ilha de

São Francisco, que utilizavam sambaquis como matéria-prima de sua produção de cal (ZERGER, 2014). Em seu levantamento arqueológico da Praia Grande (que compreende toda a faixa costeira do Parque do Acaraí), Alves (2003, p. 75) encontrou uma dessas, inclusive. Isso nos dá segurança em afirmar que os sítios desse tipo vêm sendo explorados para usos comerciais (como produção e/ou exportação de cal) pelo menos desde as primeiras décadas do século XIX. Ou seja, a cal produzida em São Francisco do Sul utiliza-se de calcários marinhos (as conchas dos sambaquis, neste caso), prática comum no litoral brasileiro nos período colonial⁶.

Da passagem do século XIX ao século XX encontramos alguns relatos esparsos de movimentação na costa leste. Temos dois casos provenientes da imprensa joinvilense, mais especificamente do jornal “Gazeta de Joinville”.

O primeiro trata-se do anúncio da venda do sítio de Joaquim de Miranda Évora, anunciado em 18 de abril de 1908, em que pretende vender suas “boas terras para qualquer plantação”. Na verdade, são 75 braças de terras de frente com 1500 braças de fundo, juntas à Estrada do Acaraí (possivelmente a Estrada Real) e limite de fundo com a laguna do Acaraí.

Já o segundo relato é de um correspondente do jornal, na ilha, reportando o aprazível passeio pela estrada real em 20 de fevereiro de 1909, onde revela-se a “magnífica” estrada de rodagem (novamente se trata da Estrada Real) e seus moradores, produtores de excelente farinha de mandioca, legumes e cereais.

Estes registros todos indicam transformações na paisagem principalmente quanto à vegetação nativa que deve ter sido suprimida para a instalação de caminhos, residências, engenhos, entre outros e substituída em muitos locais por roças e pomares de espécies exóticas.

A situação dos moradores da região mudaria, porém, no decorrer do século.

3. Do uso dos sambaquis à desocupação da costa leste no século XX

Os mapas mais antigos da ilha mostram, ao longo da costa leste, ao menos um ponto comum, a estrada real, um caminho paralelo à laguna do Acaraí e ao oceano que ligava os povoados da costa leste, do extremo sul ao norte da Ilha. Não se chegava

⁶ Santiago (2007, p. 76) remete o uso de materiais marinhos como cascas de ostras e afins como matéria-prima da produção de cal já no século XVI no Brasil. Em âmbito regional, as caieiras da Baía da Babitonga operaram durante muitos anos, adentrando o século XX.

aos pequenos povoados rumando pela praia, mas sim por este antigo caminho, conforme lembra nosso entrevistado.

Além deste ponto, há outro que merece atenção. Num mapa datado de 1939⁷ há a referência a um lugar chamado “Sambaqui”, que mais tarde viemos saber, pela entrevista oral realizada, que os moradores locais a chamavam de “Casqueiro”. O mesmo mapa aponta um “caminho carroçável” correndo paralelamente à laguna do Acaraí, ligando o Casqueiro ao norte da ilha e ao povoado da Praia Grande, ao sul. O mesmo aberto em 1821.

Independente da divergência dos nomes (sambaqui e casqueiro) havia uma comunidade mais ao norte desta costa e com um nome bem peculiar, embora não seja intenção especular seu significado.

A comunidade Casqueiro, como exposto anteriormente, deixou vestígios visíveis para além das memórias de quem viveu ou frequentou-a: são as ruínas da Igreja de São Sebastião, quatro pilares construídos em pedra, e o cemitério próximo, desativado desde 1958, quando do último enterro (ALVES, 2003). Por possuir igreja, porto, cemitério e escola, a localidade (referida por Alves como “Acaraí”) era o “centro de convergência” das demais comunidades da costa leste, e de onde escoavam sua produção para a sede do município de São Francisco.

Às portas da década de 1960 se inicia o esvaziamento do povoado do Casqueiro, como afirma nosso entrevistado, ao lembrar que ia a muitas festas na Igreja de São Sebastião e casou-se na mesma igreja em 1954, época em que o templo era frequentado também pelos moradores da Enseada, da Tapera e da Figueira, reforçando a centralidade do Casqueiro entre as demais comunidades da Praia Grande.

A trilha que leva às ruínas da igreja e do desativado cemitério possui características semelhantes a trechos da antiga estrada real no tocante à pavimentação. Ambas são arenosas, mas com uma camada de cascalho bem aparente. Isso pode indicar, mais uma vez, o uso de material dos sambaquis para o aperfeiçoamento das estradas de rodagem, algo que Saint-Hilaire pode ter indiretamente nos mostrado em 1820 e que era prática comum em toda a Baía da Babitonga pelo menos até o momento da aplicação da Lei nº 3 924 de 1961 que regulamenta a situação dos sítios arqueológicos do Brasil, incluindo os sambaquis, ao

⁷ Mapa de Arthur Ulbricht, disponível no acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

proibir em todo o território nacional a destruição ou mutilação desses sítios por qualquer motivo (ZERGER, 2014).

Conforme aponta o levantamento de entrevistas orais do LHO Univille, a prática de uso dos sambaquis para pavimentação de ruas era frequente. Relatos de habitantes de todos os municípios da Baía⁸ apontam isso. Há um reforço deste ponto pelo nosso entrevistado, quando relembra a abertura da Avenida Atlântica, na Enseada, em fins da década de 1950, também calçada com cascalho vindo de sambaquis, além de várias outras ruas recém abertas.

Quanto à fabricação de cal, o sr. Francisco Budal se recorda desse processo na comunidade Casqueiro por volta dos anos 1950, algo recorrente em toda a Baía. Porém, alega que a produção não era feita através das tradicionais caieiras, mas em fogueiras onde o cascalho queimava junto com a lenha. Afirma que um sambaqui na comunidade do Casqueiro teria sido completamente destruído no local para esta indústria. Na comunidade da Figueira, separada do Casqueiro pela laguna do Acaraí, também se verifica a produção de cal a céu aberto (ALVES, 2003).

Ainda discorre o Sr. Budal sobre a existência de caieiras em várias regiões da ilha, e o modo de exploração dos sítios, que se dava de maneira simples: se o sambaqui se encontrava na propriedade de alguém, esta pessoa, se desejasse, lançaria mão do recurso. Segundo ele, a produção servia ao mercado interno no início dos anos 1950. Abaixo, um caso entre muitos de fabricantes de cal na costa leste.

Alves (2003, p. 75-76) afirma que uma das unidades por ela levantada trata-se de uma caieira na Praia Grande, que teria pertencido a um comerciante da cidade, que teria então se transferido para a região do Acaraí para tocar sua atividade. Sua caieira era à céu aberto, e não nos famosos fornos. Em nossa entrevista, foi mencionado um Francisco “Chico” Correa, comerciante em São Francisco, que se mudou para o Casqueiro. Sua propriedade compreendia um sambaqui, e dele retirava matéria-prima para produzir cal. E sua caieira era do tipo céu aberto. Pela proximidade de informações, podemos afirmar que ambos os proprietários são um só.

Os usos dos sítios não devem ser tomados exclusivamente como comerciais. Relata-nos Francisco Budal duas práticas domésticas relacionadas aos sambaquis. A

⁸ São seis os municípios: Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá, Joinville e São Francisco do Sul.

primeira, especificamente relacionada com o sambaqui Enseada I, que teria sido utilizado como pasto para o gado. A segunda situação provém de uma prática de sua mãe, que costumava plantar feijão (para consumo próprio) sobre um sambaqui não especificado nas imediações, na praia da Enseada. De acordo com suas lembranças, os sambaquis eram bons para o plantio do feijão.

Devemos levar em consideração que a exploração para fins econômicos (e outros) dos sambaquis sofreu um duro golpe com a Lei nº 3924 de 1961 que expressamente proibia a destruição de sambaquis para quaisquer fins, e que as lembranças do Sr. Budal remetem justamente a um período próximo à criação da lei. Há, a partir de então, uma mudança, pelo menos em teoria, na relação entre as atuais comunidades da Ilha de São Francisco do Sul com os sítios arqueológicos pré-coloniais que os cercam.

Por fim, devemos pensar a criação do Parque Estadual do Acaraí no início deste século, e seu impacto nos sítios arqueológicos coloniais, pré-coloniais e pós-coloniais existentes neste espaço, constituindo uma nova fase na história da região.

Estes vestígios da ocupação humana constituem a Zona Histórico-Cultural do parque, que tem como grande objetivo, segundo seu plano de manejo a

[...] proteção do patrimônio cultural material (sítios históricos ou arqueológicos, especialmente os sambaquis e a vila do Casqueiro) e imaterial (modos de fazer e expressar das comunidades tradicionais) do Parque, visando à pesquisa, e a educação patrimonial através da interpretação da história local, permitindo assim sua valorização e garantindo dessa forma sua preservação e conservação (SANTA CATARINA, 2009, p. 118).

O plano indica também recomendações, tais como o monitoramento destas áreas e o incentivo de pesquisas científicas para ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural, tal como a presente pesquisa, relatada neste artigo. Assim, podemos crer que o futuro dos sítios arqueológicos dentro dos limites do parque será de pesquisa e preservação, conforme escrito no documento. Entretanto, a vigilância precisa existir, pelo fato da área do parque ser visitada e explorada com fins turísticos e haver registro da prática irregular de esportes como o *motocross* e *sandboard*.

Resta ainda a preocupação com os sambaquis fora do parque nas localidades de Ervino e Enseada, nas quais há vários sítios. Estas localidades são balneários em que a pressão imobiliária é forte tendo em vista o interesse por estes locais no verão.

Apesar de ações do órgão ambiental municipal para regularizar a instalação de loteamentos eles são o maior fator de impacto no ambiente natural e sambaquis.

4. Considerações finais

No decorrer deste estudo, a mobilização de diferentes fontes nos propiciou uma revisão da ocupação humana histórica na região da costa leste, para além das referências historiográficas locais, que pouquíssimo referenciam essa região da ilha.

As entrevistas orais são essenciais para revelar processos que dificilmente seriam dignos de nota para historiadores de tempos anteriores, como a utilização dos sambaquis para diversos meios, de material de pavimentação à cultura do feijão, e de seu uso desenfreado por quem quer que estivesse mais próximo do local do sítio.

Se por um lado a comunidade Casqueiro já não existia mais no início dos anos 1970, sendo completo o processo de êxodo (ao qual o sr. Francisco Budal atribui o crescimento das atividades portuárias do município), a Enseada, na ponta norte, crescia, e a Praia do Ervino nascia a meio caminho entre o canal norte da Baía e o Linguado. Continua, assim, a ocupação humana nesta região da Ilha de São Francisco do Sul, e continuam as transformações sofridas por esta paisagem, na qual os sambaquis estão inseridos.

Portanto, ao longo da ocupação histórica do território até o século XXI, podemos afirmar que os sambaquis foram amplamente utilizados, sendo que os registros dessa utilização se multiplicam a partir da segunda metade do século XX, época também em que os sambaquis passam a ser estudados.

Os sambaquis, desta forma, estão intimamente ligados não só aos processos pré-coloniais que tiveram palco aquela região geográfica, mas também aos históricos coloniais e pós-coloniais que foram protagonizados pelos moradores das comunidades da Praia Grande.

Forneceram matéria-prima para a argamassa empregada em pelo menos uma construção remanescente do século XVIII; pavimentaram caminhos essenciais para a vida econômica e social das povoações existentes na região; serviram para a exploração comercial, sendo matéria-prima do fabrico de cal; fizeram as vezes de pasto para o gado e de cultivo; emprestaram sua denominação mais corrente entre os moradores (casqueiros) para batizar um importante núcleo populacional na costa leste.

Desta forma, admitimos que a importância desses sítios arqueológicos não está apenas no período pré-colonial, para investigarmos os usos e modos de vida dos homens sambaquianos, mas também na relação construída com eles pelos habitantes históricos da região.

Referências

ALMEIDA, Graciele Tules de. **A paisagem desvelada: os sambaquis da Bupeva no extremo sul da Praia Grande em São Francisco do Sul-SC.** 2015, 170 fl. Monografia (Especialização em Arqueologia), Universidade da Região de Joinville – Univille, Joinville,.

ALVES, Maria Cristina. **Farinheiros e pescadores do interior da ilha de São Francisco do Sul, SC.** 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. **Diagnóstico arqueológico prospectivo para as obras de pavimentação asfáltica do Projeto Costa do Encanto, Trecho 4, municípios de São Francisco do Sul e Itapoá, Santa Catarina.** Joinville, OAP Consultores Associados, 2013. Relatório Final.

Arquivo Histórico de Joinville. **Requerimentos de Sesmarias, da Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco Xavier do Sul.** Caixa 1. Manuscritos.

BANDEIRA, Dione da Rocha; ALVES, Maria Cristina. Arqueologia histórica no nordeste de Santa Catarina. **Revista Tempos Acadêmicos.** n. 10, p. 69-87, Criciúma/SC, 2012.

BANDEIRA, Dione da Rocha. **Ceramistas Pré-coloniais da Baía da Babitonga Arqueologia e Etnicidade.** 2004, 272 fl. Tese (Doutorado em História) – UNICAMP, Campinas.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.** Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=203>>. Acesso em: 11 mai. 2014.

BUDAL, Francisco. **Entrevista concedida a Joelson Lopes Maciel.** São Francisco do Sul, 15 novembro 2013.

CABRAL, Elisa Bezerra. **Estudo geográfico do porto de São Francisco do Sul e do terminal de Itapoá – SC.** 2011, 287 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

COMERLATO, Fabiana. A baleia como recurso energético no Brasil. *In: Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações.* In: Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, 2010. Florianópolis. **Anais do Simpósio Internacional de História e Migrações.** Florianópolis: PPGH, 2010. p. 1119-1138.

_____. **Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica.**

1998, 305 fl. Dissertação (Mestrado em História) - PUC-RS, Porto Alegre.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, 18 abril 1908.

GAZETA DE JOINVILLE. Joinville, 20 fevereiro 1909.

PEREIRA, Carlos da Costa. **História de São Francisco do Sul.** 2. Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Joinville: os primeiros habitantes.** Itajaí: Editora Casa Aberta, 2010.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1978.

SANTA CATARINA. Arthur Ulbricht. **São Francisco do Sul.** 1939. 1 mapa. Escala: 1:100.000.

SANTA CATARINA. **Plano de manejo do Parque Estadual do Acaraí: Plano Básico – volume I/III.** São Francisco do Sul/SC, 2009.

SANTIAGO, Cybèle Celestino. **Argamassas tradicionais de cal.** Salvador: EDUFBA, 2007.

ZERGER, Giomar Felipe. **Caieiras de Araquari e entornos: Inquietações de um Patrimônio.** 2014, 154 fl. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Univille, Joinville.

ANEXO A – Listagem completa dos sambaquis da costa leste de São Francisco do Sul/SC

Sítio	Tipo	Coordenadas UTM	Fontes
Bupeva I	Sambaqui	738746 – 7073258	MASJ (n. 28). Rohr, 1984 (SFS, 4). IPHAN SC00890.
Bupeva II	Sambaqui; Itararé	739182 – 7072548	MASJ (n. 29). Rohr, 1984 (SFS, 16). IPHAN SC00891.
Bupeva III	Sambaqui	738892 – 7073285	MASJ (n. 30). Rohr, 1984 (SFS, 35). IPHAN SC00892.
Bupeva IV	Sambaqui	738921 – 7073185	MASJ (n. 31). Rohr, 1984 (SFS, 36). IPHAN SC00893.
Bupeva VI	Sambaqui	738975 – 7072502	MASJ (n. 33). Rohr, 1984 (SFS, 42). IPHAN SC00895.
Casa de Pedra	Sambaqui sob rocha	743014 – 7084628	MASJ (n. 154).
Enseada	Oficina lítica	749761 – 0709600	MASJ (n. 151).
Enseada I	Sambaqui; Itararé	749761 – 0709600	MASJ (n. 35). Rohr, 1984 (SFS, 14). IPHAN SC00902.
Lagoa do Acaraí I	Sambaqui	744960 –	MASJ (n. 24). Rohr, 1984

		7089903	(SFS, 9).
Lagoa do Acaraí II	Sambaqui	744956 – 7089886	MASJ (n. 83). Rohr, 1984 (SFS, 10).
Lagoa do Acaraí S10	Sambaqui	745704 – 7091105	MASJ (n. 80).
Lagoa do Acaraí S12	Sambaqui	745412 – 7090614	MASJ (n. 81).
Lagoa do Acaraí V	Sambaqui	745548 – 7090850	MASJ (n. 84). Rohr, 1984 (SFS, 22).
Lagoa do Acaraí VI	Sambaqui	745764 – 7090181	MASJ (n. 85). Rohr, 1984 (SFS, 23).
Perequê da Praia Grande	Sambaqui	738741 - 7077417	BANDEIRA, 2008
Praia do Ervino I	Sambaqui	739965 - 7077583	MASJ (n. 27).
Praia do Ervino II	Sambaqui	739679 - 7076216	MASJ (n. 34).
Praia do Ervino III	Sambaqui	739932 - 7077783	MASJ 2010.
Praia Grande I	Sambaqui	739611 - 7076939	MASJ (n. 52). Rohr, 1984 (SFS, 5). IPHAN SC00880.
Praia Grande II	Sambaqui	742229 - 7081492	MASJ (n. 53). Rohr, 1984 (SFS, 6). IPHAN SC00881.
Praia Grande III	Sambaqui	742297 - 7081542	MASJ (n. 54). Rohr, 1984 (SFS, 7). IPHAN SC00882.
Praia Grande IV	Sambaqui	743416 - 7085196	MASJ (n. 87). Rohr, 1984 (SFS, 8). IPHAN SC00883.
Praia Grande IX	Sambaqui	743790 - 7086460	MASJ (n. 157).
Praia Grande S2	Sambaqui	741627 - 7080647	MASJ (n. 86).
Praia Grande V	Sambaqui	743073 - 7083662	MASJ (n. 88).
Praia Grande VI	Sambaqui	743293 - 7085457	MASJ (n. 89).
Praia Grande VII	Sambaqui	743607 - 7087277	MASJ (n. 155).
Praia Grande VIII	Sambaqui	743413 - 7086815	MASJ (n. 156).
Praia Grande X	Sambaqui	740687 - 7078944	MASJ (n. 90).

Recebido em Junho de 2015
Aprovado em Novembro de 2015